

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Daniela Dalagrana Penteadó
E-mail: dani.pentaddo@gmail.com
Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Submetido: 06/09/2021
Aprovado: 21/10/2021
Publicado: 13/12/2023

doi 10.20396/rho.v23i00.8666910
e-Location: e023046
ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):
 PENTEADO, D. D.; RENK, V. E. Julia Augusta Wanderley: a rememoração da docente por Osvaldo Pilotto durante a ditadura civil-militar brasileira (1974). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-19, 2023. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8666910. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8666910>. Acesso em: 13 dez. 2023.



JULIA AUGUSTA WANDERLEY: A REMEMORAÇÃO DA DOCENTE POR OSVALDO PILOTTO DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1974)

 **Daniela Dalagrana Penteadó***
 Pontifícia Universidade Católica do Paraná

 **Valquiria Elita Renk****
 Pontifícia Universidade Católica do Paraná

RESUMO

Este artigo aborda sobre a professora Julia Augusta Wanderley, primeira mulher a frequentar a Escola Normal de Curitiba, de maneira presencial. Objetiva-se analisar os elementos narrativos que o intelectual paranaense Osvaldo Pilotto usou para construir um discurso sobre ela, enquanto mulher e professora, no centenário de nascimento da docente. A fonte principal é o documento manuscrito produzido por Pilotto, em 1974, com a anuência do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, a partir da solicitação do Prof. Ney Lobo, para compor a Galeria de Moral e Cívica, do Instituto Lins de Vasconcelos, em Curitiba. Pilotto, como intelectual, fala de um lugar social e em um contexto histórico específico. O corpus documental é discutido na perspectiva de Araujo (2013), Burke (2011), Pollak (1992), Priore (1997), Ricoeur (2007) e Sirinelli (1998). A fonte ressalta uma seleção de memórias, dando visibilidade aos valores morais referentes à sua vida pessoal, ao trabalho dedicado ao magistério paranaense, como dedicação, abnegação, rigidez e deixa invisível a sua posição de intelectual. Para corroborar com o seu discurso, Pilotto apresenta outros intelectuais e políticos que validam seus argumentos sobre a mulher e professora Julia Wanderley, para o magistério paranaense e na formação moral e intelectual da juventude.

PALAVRAS-CHAVE: Magistério. Júlia Wanderley. Educação moral e cívica. Intelectual. Memória.

JULIA AUGUSTA WANDERLEY: THE TEACHER'S REMEMBRANCE BY OSVALDO PILOTTO DURING THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP (1974)

Abstract

This article discusses the teacher Júlia Augusta Wanderley, the first woman to attend the Normal School of Curitiba, in person. The main objective is to analyze the narrative elements that the intellectual from Paraná, Osvaldo Pilotto, used to build a discourse about her, as a woman and teacher, in the centenary of the teacher's birth. The main source is the handwritten document produced by Pilotto, in 1974, with the consent of the Historical and Geographical Institute of Paraná, at the request of Professor Ney Lobo, to compose the Galeria de Moral e Cívica, at Lins de Vasconcelos Institute, in Curitiba. Pilotto, as an intellectual, speaks of a social place and in a specific historical context. The documentary corpus is discussed from the perspective of Araujo (2013), Burke (2011), Pollak (1992), Priore (1997), Ricoeur (2007) and Sirinelli (1998). The source highlights a selection of memories, giving visibility to the moral values related to his personal life, to the work dedicated to teaching in Paraná, such as dedication, abnegation, rigidity and makes his position as an intellectual invisible. To corroborate his speech, Pilotto presents other intellectuals and politicians who validate his arguments about the woman and teacher Julia Wanderley, for teaching in Paraná and in the moral and intellectual formation of youth.

Keywords: Magisterium. Júlia Wanderley. Moral and civic education. Intellectual. Memory.

JULIA AUGUSTA WANDERLEY: EL RECUERDO DE LA MAESTRA POR OSVALDO PILOTTO DURANTE LA DICTADURA CIVIL-MILITAR BRASILEÑA (1974)

Resumen

Este artículo analiza a la profesora Julia Augusta Wanderley, la primera mujer en frecuentar la Escola Normal de Curitiba, en persona. El objetivo es analizar los elementos narrativos que utilizó el intelectual paranaense Osvaldo Pilotto para construir un discurso sobre ella, como mujer y maestra, en el centenario del nacimiento de la maestra. La fuente principal es el documento manuscrito elaborado por Pilotto, en 1974, con el consentimiento del Instituto Histórico y Geográfico de Paraná, a solicitud del Prof. Ney Lobo, para componer la Galeria de Moral e Cívica, en el Instituto Lins de Vasconcelos, en Curitiba. Pilotto, como intelectual, habla de un lugar social y en un contexto histórico específico. El corpus documental se discute desde la perspectiva de Araujo (2013), Burke (2011), Pollak (1992), Priore (1997), Ricoeur (2007) y Sirinelli (1998). La fuente destaca una selección de recuerdos, dando visibilidad a los valores morales relacionados con su vida personal, al trabajo dedicado a la docencia en Paraná, como la dedicación, la abnegación, la rigidez y hace invisible su posición como intelectual. Para corroborar su discurso, Pilotto presenta a otros intelectuales y políticos que validan sus argumentos sobre la mujer y maestra Julia Wanderley, para la docencia en Paraná y en la formación moral e intelectual de la juventud.

Palabras clave: Magisterio. Julia Wanderley. Educación moral y cívica. Intelectual. Memoria.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda como a professora Julia Augusta de Sousa Wanderley Petrich, ou Julia Wanderley, foi lembrada no discurso do intelectual Osvaldo Pilotto, em 1974, no centenário do seu nascimento. Buscou-se analisar os elementos narrativos que o intelectual usou para retomar a personagem, em um contexto histórico específico e como o autor construiu uma representação em sua homenagem comemorativa, um ícone de personalidade para a educação e para o magistério paranaense.

A principal fonte de pesquisa analisada foi o manuscrito feito pelo intelectual, com 21 páginas, que se encontra na seção de obras raras da Biblioteca Pública do Paraná (como mostra a figura 1 nas páginas seguintes deste artigo). Este documento foi escrito com a deliberação do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná e também por solicitação do professor Ney Lobo, para compor a galeria de Educação Moral e Cívica, no Instituto Lins de Vasconcelos em Curitiba. Portanto, neste processo, Pilotto considera Julia Wanderley como digna de compor “[...] a magnífica galeria de personalidades, de todo o mundo, influentes na evolução dos povos, na mui bem composta sala ambiente de Educação Moral e Cívica, sobre a orientação de Ney Lobo, no Instituto Lins de Vasconcelos” (Pilotto, 1974, p. 04).

Neste documento, ele justifica sua opção na construção de uma memória sobre Julia Wanderley, enaltecendo aspectos de sua vida pessoal, como a mulher e professora que desafiou os valores sociais em sua juventude para frequentar a Escola Normal de Curitiba, além de sua luta pela causa do magistério e sua vida profissional. A fonte é a matéria prima do pesquisador e conforme o historiador José d'Assunção Barros (2019, p. 15), a “[...] fonte histórica é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente”.

Sendo assim, no contexto histórico que Pilotto escreveu a fonte, nos anos de 1970, a Educação Moral e Cívica fazia parte da matriz curricular dos estudantes brasileiros (Decreto 869/1969). Assim, ao homenagear Julia Wanderley na Sala Ambiente desta disciplina, ele tinha o intuito de criar uma representação, uma memória sobre a pessoa de Wanderley, seu caráter e um exemplo a ser seguido pelos estudantes.

A personagem Julia Wanderley nasceu em Ponta Grossa, cidade do interior do Paraná, em 1874 e ainda na infância, sua família mudou-se para Curitiba. Foi uma das pioneiras do Curso Normal no estado do Paraná no final do século XIX. No Paraná, as Escolas Normais foram criadas em 1870, para ambos os sexos. “Inicialmente essas instituições formavam apenas homens, visto que no momento de sua criação, a ideia presente na sociedade aristocrática e conservadora era a de que não cabia bem para a mulher o papel de professora, assim como o de muitas outras profissões” (Stenzler; Araujo; Marques, 2021, p. 151).

Mesmo que legalmente ambos os sexos pudessem frequentar as aulas (desde 1880), a sociedade curitibana via com reservas as mulheres que queriam estudar na Escola Normal e que fossem exercer trabalho remunerado fora do lar. Assim, à medida que as moças passaram a frequentar o curso Normal, foram necessárias adequações, como a contratação de uma professora para atender as alunas nas matérias ministradas.

Em 1882, Moysés Marcondes, Diretor-Geral de Instrução Pública da Província do Paraná, em relatório apresentado ao presidente da província Carlos Augusto de Carvalho, estimulava o ingresso das moças na Escola Normal, pois elas eram “[...] mais bem-dotadas que os homens para as funções do ensino primário” (Paraná, 1882, p. 6-7). Isto representa uma mudança de mentalidade, associando o ensinar com o cuidar da infância, como tarefas femininas.

A jovem Julia Wanderley tomou a iniciativa de solicitar em 1890, ao Governador do Estado, autorização para ingressar no magistério em uma Escola Normal. Foi um ato de ousadia para a época e mostrou sua persistência em buscar o estudo em uma sala mista. Esta atitude “[...] foi quase um escândalo essa promiscuidade provocada” (Pilotto, 1974, p. 5). Sua solicitação foi deferida, mas, na condição de que outras moças também frequentassem a Escola Normal. Assim foi feito e em novembro de 1892 ela concluiu o Curso Normal. Sua atitude contribuiu para que a sociedade curitibana aceitasse que as mulheres de classe média frequentassem a escola normal e posteriormente atuassem em espaços públicos. Significou o rompimento de ideias e designações estipuladas às mulheres com as prerrogativas que a elas cabiam, serem boas esposas, cuidar dos filhos, da família e do ambiente doméstico. Wanderley perpetuou para a história da educação a iniciativa de buscar a docência em uma época em que não era comum moças frequentarem a Escola Normal. Após exercer sua profissão com maestria por quase 25 anos, por complicações de saúde, a normalista faleceu em 1918.

Passados 100 anos de seu nascimento, Julia Wandelely foi homenageada pelo intelectual Osvaldo Pilotto. Ele foi um professor e intelectual, na acepção do termo de intelectualidade proposto pelo historiador Jean-François Sirinelli (1998). Portanto, a partir de um lugar social de fala e em um contexto político específico, ele fez a homenagem a Julia Wanderley. Neste documento ele deu visibilidade a algumas características (pessoais, acadêmicas e profissionais) da docente descrevendo assim, como a lembrança se fez necessária para o contexto de enaltecimento da Pátria através de personagens educacionais.

Utilizando-se metodologicamente da análise de discurso, a proposta deste artigo foi de analisar o teor descritivo daquilo que está devidamente apresentado na fonte e as características ocultas pelo discursador (Orlandi, 2003). De acordo com Orlandi (2003), a análise de um discurso não é somente o estudo gráfico das palavras, mas de como a memória histórica esta intrinsecamente ligada à permanência de construções teóricas, sejam elas de imagens e representações, que estruturam sujeitos e conhecimentos de um tempo passado ou até mesmo presente.

Além disso, o artigo tendeu a trabalhar com a contextualização política brasileira, e as implicações que isso gerou para a formulação da fonte, através de historiadores como: Carlos Fico (2017), Thomas Skidmore (2000), e Lilia Moritz Schwarcz (1993). Em conjunto com os aportes contextuais utilizados, os principais conceitos deste artigo foram elencados como: imaginário social de Bronislaw Baczko (1985), relações de gênero com Michelle Perrot (2007) e Peter Burker (2011), o conceito de memória de Paul Ricoeur (2007), Pollak (1992) e comemoração com Helenice da Silva (2002).

Existem vários estudos sobre a vida e a trajetória profissional de Julia Wanderley, e foram escritos por: Van Erven (1945) que retoma a docente como uma idealista de sua época, Silvete Crippa de Araujo (2013) que a estuda como um mito para o século XIX e XX, o artigo de Marcia Marlene Stentzler; Elaine Maestre Polido de Araújo e Luiz Felipe Marques (2021) sobre a normalista e a dissertação de Nilvan Laurindo de Sousa (2013) sobre o Projeto Republicano para a educação no Paraná e a (des)mistificação de Julia Wanderley.

Sendo assim, estruturalmente o artigo é dividido em três partes. A primeira consiste em apresentar ao leitor, quem foi o intelectual Osvaldo Pilotto, o contexto no qual ele escreveu a rememoração de Julia Wanderley (1974) e para qual órgão institucional esse documento foi destinado. A segunda parte é a análise da fonte, neste momento foi discutido como Pilotto traz elementos para caracterizar Julia Wanderley em sua homenagem e quais são os resultados obtidos na investigação. E por último, foi descrito como Wanderley é retomada na Educação Moral e Cívica como cidadã exemplar do estado do Paraná.

CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO DA DITADURA MILITAR E O INTELLECTUAL OSVALDO PILOTTO

Brasil, 1974. Dez anos do período mais emblemático e nunca esquecido pelos brasileiros, a ditadura civil militar brasileira, momento no qual o país vivia o regime autoritário (Fausto, 2006). Esse regime, instaurado pelas forças militares era composto pela manutenção da ordem social, o respeito à hierarquia, doutrina de segurança nacional e o controle do comunismo, ocasionaram uma nova configuração ao contexto brasileiro (Skidmore, 2000).

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1984), era controladora de massas, utilizava a imprensa, biografias e documentos oficiais para legitimar o regime e afastar ideais comunistas do país (Fico, 2017). Ao longo dos anos, o regime só se intensificava com Atos Institucionais e decisões que violavam os direitos humanos dos cidadãos. Em 1974, ano em que a fonte analisada neste artigo foi escrita, quem estava no mandato governamental nacional era Ernesto Geisel. Durante esse período da ditadura no Brasil, o “[...] ideal de democracia que o Estado militar se esforçou em construir deveria ser à base da responsabilidade do cidadão com a Segurança Nacional do país” (Abreu; Inácio Filho, 2006,

p. 126). Este ideário estava pautado no fortalecimento nacional entre cidadãos que deveriam seguir as leis, obedecer ao Estado, enaltecer a moral, o civismo e o patriotismo pelo país.

A doutrina da moral e do civismo neste momento, estabelecida pelo Estado era divulgada em jornais, transmissões de televisão, no rádio, nas escolas, e demais locais de propagação de informações. Pretendia tornar hegemônica a visão ideológica de que um bom cidadão era aquele que trabalhava em prol do país e, através de suas atitudes e da moral, o Brasil tornar-se-ia um exemplo do tradicionalismo e de modelo para os demais países da América Latina e para os próprios brasileiros (Fonseca, 1993).

Foi neste contexto, que em 1974, Osvaldo Pilotto escreveu a rememoração de Julia Wanderley. Ele nasceu na cidade de Ponta Grossa (PR) em 1901 e exerceu vários cargos públicos, a saber: foi docente e diretor da Escola Normal de Curitiba (atual Instituto de Educação do Paraná Erasmo Pilotto), foi presidente da Academia Paranaense de Letras, diretor da Biblioteca Pública do Paraná e presidente interino do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná - IHGPR- (1964-1965)¹. Faleceu em 1993 na cidade de Curitiba (Straube, 2010). Ele era membro de

[...] uma família de intelectuais, sempre se inclinou pelo estudo da história e da literatura, escrevendo jornais e publicando ensaios e monografias. Dos mestres que souberam cultivar o amor paranista, procurou sempre destacar os valores locais, a prata da casa, num esforço de ampla solidariedade. (...) Foi aclamado por sua devoção à ciência e a educação (Vargas; Hoerner Júnior, Bóia, 2001, p. 21).

Em 1974, exercendo o cargo de Diretor da Biblioteca Pública do Paraná, foi convidado por Luiz Carlos Pereira Tourinho², então presidente do IHGPR, e instigado por Ney Lobo³ a escrever sobre a normalista Julia Augusta Wanderley. Ney Lobo, militar, era docente do Instituto Lins de Vasconcellos, em Curitiba. Nesta instituição, criou salas ambientes, que eram locais de “[...] práticas e vivências por meio da interação entre os alunos, de modo a escapar do exclusivismo das explicações, e problematizar a moral e o civismo” (Cardoso, 2017, p. 165). Na sala ambiente da matéria de Educação Moral e Cívica, ele criou a galeria dos grandes personagens paranaenses que no passado ajudaram o Estado a se formar educacional como era na época (Colombo; Fischmann, 2001). Assim, com a contribuição de Pilotto, Julia Wanderley passou a ter um lugar na galeria.

O IHGPR, neste momento, assim como no passado, está vinculado a um enorme “[...] poder de produção e guarda de documentos para a composição de uma história Nacional” (Fico, 1997, p. 29). Foi criado para “[...] coligir, estudar, publicar e arquivar documentos que servissem à historiografia do Paraná” (Dicionário Histórico-Geográfico do Paraná, 1991).

No Brasil, os IHG tinham e têm por cumprimento “[...] construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos da fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (Schwarcz, 1993, p. 129).

Sendo assim, o Instituto Histórico e Geográfico dos diversos estados brasileiros, mantém, desde a primeira década do século XIX, publicações de documentos, fontes e escritas laudatórias com intuito de preservar a tradição nacional do país (Fico, 1997).

Ante isso, em 1974, Osvaldo Pilotto escreveu a homenagem de 21 páginas à docente Julia Wanderley para o IHGPR (Imagem 1). Naquele período, os documentos oficiais, personagens e ícones, legitimavam a missão do IHGPR de construir uma história de personagens considerados significativos na construção da nação e também do discurso de culto ao civismo.

JULIA AUGUSTA WANDERLEY: REMEMORAÇÃO

O documento fonte, redigido por Osvaldo Pilotto, não tratou somente de um discurso de transmissão de informações, mas sim de uma “[...] identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção de uma realidade” (Orlandi, 2003, p. 21). Essa análise da fonte visou entender que existem diversas ferramentas de caráter investigativo na metodologia, e que estas devem ser levadas em consideração, na análise do discurso, estipulada neste artigo, através de interpretações do historiador frente a sua fonte.

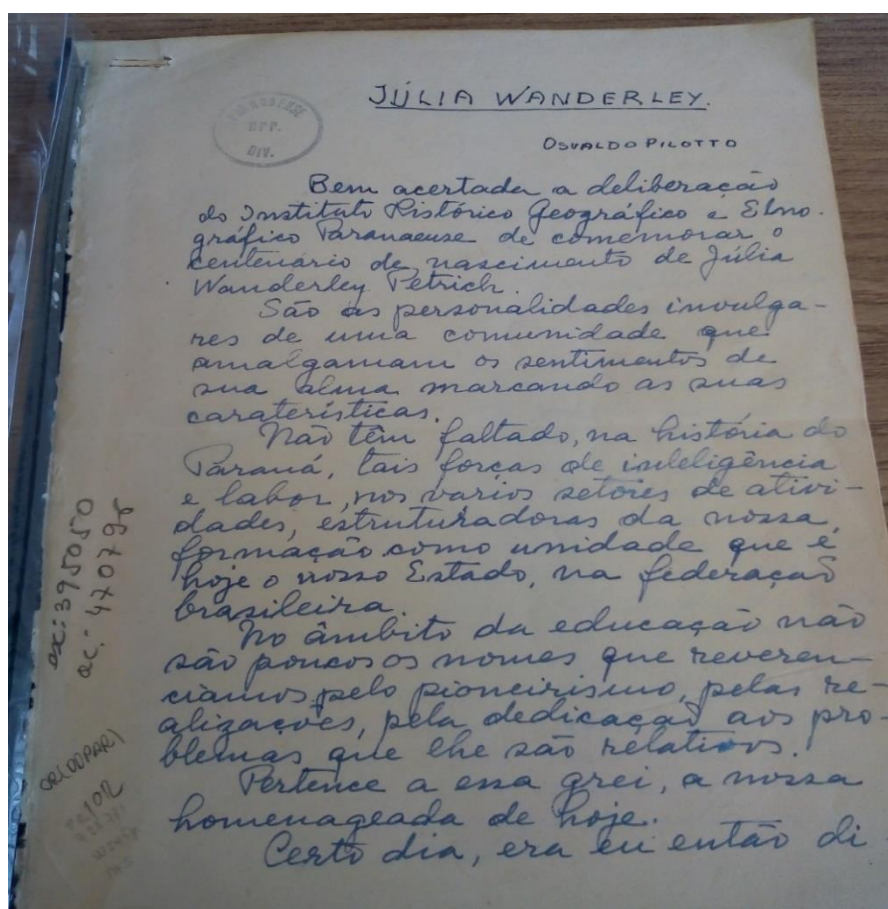


Imagem 01 – Manuscrito Osvaldo Pilotto.

Fonte: Pilotto (1974). Biblioteca Pública do Paraná, Setor Obras Raras.

A imagem 01 traz a primeira página do texto manuscrito de Osvaldo Pilotto, sobre a Julia Wanderley. Escrito com caneta azul, traz as marcas de grampos, o carimbo da instituição de guarda, os números do registro institucional e pode-se conhecer a grafia original do seu discurso. Possui 21 páginas, está encadernado com capa dura, estilo brochura, e pode ser encontrado para consulta local na Biblioteca Pública do Paraná, no setor de Obras Raras da Instituição.

Pilotto (1974, p. 01), escreveu que pessoas como Julia Wanderley seriam “[...] forças de inteligência e labor, nos vários setores de atividades, estruturadoras da nossa formação como unidade que é hoje o nosso Estado, na federação brasileira [...]”. Ele intencionava mostrar que elas são de alguma forma “[...] representações de origem” (Gonçalves; Ranzi, 2012, p. 213) resgatadas de um passado para legitimar o presente.

Julia Wanderley foi representada por Pilotto como um exemplo profissional e moral a ser seguido. O conceito de representação pode ser utilizado na “introdução da imagem” para caracterizar personagens do passado e utilizá-los para o contexto presente. Esses personagens se tornam visíveis para apresentar algo no intuito de retomada de um discurso, seja ele histórico, político ou cultural (Chartier, 2002, p. 128). Contudo as práticas e estratégias, conforme Chartier (2002, p. 17), “[...] tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. Mas, quando utilizadas de forma manipulada acabam sendo alteradas, tendendo a (re)criar um imaginário social diferente do que era. O imaginário é construído a partir de uma imagem, de um símbolo que recria uma realidade – que pode ou não ser verdadeira – para um determinado discurso que irá legitimar seu poder através daquilo que está escrito (Pesavento, 1995).

As próprias imagens são um tipo de lembrança e, que muitas vezes, acabam sendo envolvidas em uma dimensão simbólica que vai além daquilo que está explícito para o leitor, reiterando que “[...] nenhuma relação social e, por maioria de razão, nenhuma instituição política são possíveis sem que o homem prolongue a sua existência através das imagens que tem de si próprio e de outrem” (Baczko, 1985, p. 301). Sendo assim, o sujeito,

[...] através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súbdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser (Ansart, 1974, p. 14 *apud* Baczko, 1985, p. 309).

Ou seja, a representação de um imaginário teria por finalidade construir no tempo e no espaço uma “[...] perspectiva coletiva de atividade humana – que são postas no centro da

observação e apreendidas no que têm de diferente consoante às épocas históricas” (Chartier, 2002, p. 42).

Posto isso, Osvaldo Pilotto decidiu retomar três personalidades do passado que atuaram de alguma forma na área educacional e assim realizar um relato comemorativo. São elas: Plínio Tourinho, Sebastião Paraná e Julia Wanderley. A única mulher dentre as três imagens escolhidas, foi Julia Wanderley. Escrever sobre mulheres, assim como Pilotto descreveu a normalista Julia Wanderley, nem sempre foi algo corriqueiro e habitual. Antes da Nova História Cultural, mulheres, operários, presidiários, crianças e dentre outras classes nas narrativas de poderio político foram suprimidas de uma identidade individual/social durante séculos e regenerados na historiografia histórica (Perrot, 2006).

Essa mudança de perspectiva e olhar sobre os excluídos só se transformou quando a micro-história e novas abordagens de escrita inserem os marginalizados na história, incluindo esses em documentos, imagens, e fontes que pretendem ampliar a análise do historiador cabendo a ele direcionar o que será analisado e o recorte específico do objeto em questão (Barros, 2019; Bloch, 2001). Sendo assim, os grupos que estiveram à margem neste momento da história também passaram a ser estudados. As mulheres, neste quesito, ocuparam década após década o espaço dentro da perspectiva historiográfica cultural recente que lhes foi negado no passado (Perrot, 2006).

Para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios desfeitos, seus arquivos destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios (Perrot, 2007, p. 21).

Essa falta de vestígios e registros, esse ocultamento da memória feminina esteve ligado a quesitos sociais, políticos e culturais. Neste sentido, a mulher brasileira viveu a luz de estereótipos, sendo relacionada como submissa sexual, que deveria satisfazer os desejos de seu cônjuge, não confrontar ideias de seu pai – primeiro homem a qual a mulher deve respeitar – e depois de seus familiares até ela se casar (passando ao domínio masculino que o marido representa) (Priore, 1997).

Para Pierre Bourdieu (2003), a dominação masculina era de caráter simbólico e que integrava o desmerecimento do gênero feminino nas relações entre os sexos. Nesta esfera de dominado versus dominante, o papel da intelectualidade feminina sucumbiu no tempo e na ordem social dos acontecimentos e elencou a supremacia masculina como um trabalho “histórico de eternização”⁴ (Bourdieu, 2003, p. 96).

Esse panorama sobre a história das mulheres só teria uma mudança notável a partir da metade do século XX, ligado ao movimento emergente do feminismo. Tal movimento estava ligado a criticidade que as próprias mulheres tiveram sobre si mesmas, pois a narrativa histórica delas era feita por homens, para homens e que ainda era sobre a imagem perfeita do sexo feminino. Com isso, a visibilidade e produções da história das mulheres transformou a capacidade do fazer histórico.

A documentação da realidade histórica das mulheres ecoou e contribuiu para o discurso da identidade coletiva que tornou possível o movimento das mulheres nos anos 70 [...]. O aumento da consciência acarretou a descoberta da “verdadeira” identidade das mulheres, a queda das viseiras, a obtenção de autonomia, de individualidade e, por isso, de emancipação (Burke, 2011, p. 82).

Torná-las sujeitos históricos, “[...] não somente de uma narrativa linear, mas um relato mais complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história” (Burke, 2011, p. 65) seria legitimar politicamente a mulher na construção historiográfica. Essa política que tinha por estrutura fundamental a atuação da mulher no meio público e não somente no meio privado, rompeu com os papéis sociais impostos perante a mulher que a descaracterizavam como sujeito atuante de sua própria história.

Para o historiador Benito Schmidt, a escrita biográfica do outro, também seria um meio de inserção do sujeito na historiografia. Utilizando-se de uma imagem para criar um indivíduo-esse pode ser tanto ficcional ou fidedigno à realidade-, a narrativa biográfica de outra pessoa, para o campo historiográfico, advém da metade do século XX e teria por intenção realizar uma “[...] releitura da história do país através de seus personagens” (Schmidt, 1997, p. 03).

As razões da emergência do gênero biográfico entre historiadores e jornalistas são variadas e devem ser buscadas tanto no contexto social em que se inserem tais áreas quanto nos seus novos aportes teóricos e metodológicos. No que se refere ao contexto, é possível dizer que a massificação e a perda de referenciais ideológicos e morais que marcam a sociedade contemporânea têm como contrapartida a busca, no passado, de trajetórias individuais que possam servir como inspiração para os atos e condutas vivenciados no presente (Schmidt, 1997, p. 04).

Isto é, a escrita de vida destes personagens que contribuíram de alguma forma para a história do país, apareceu tanto no campo histórico como no jornalístico para enaltecer e referenciar personagens e vivências do passado que foram em algum momento, exemplos para os cidadãos do presente. De abordagem social e descritiva, o sujeito que será retratado nesta biografia “[...] não é visto em oposição ao sistema social” (Avelar, 2010, p. 165).

Sendo assim, quando uma biografia/narrativa do outro é escrita, deve-se “[...] estar atento aos perigos de formatar seus personagens e de induzir o leitor à expectativa ingênua de estar sendo apresentado a uma vida marcada por regularidades, repetições e permanências” (Avelar, 2010, p. 16). Biograficamente elencada por seu pioneirismo dedicado à profissão, na representação de Osvaldo Pilotto, Julia Wanderley “[...] para o ensino primário é a pioneira sempre lembrada” (Pilotto, 1974, p. 03). Julia Augusta Wanderley, após uma infância de estudos com preceptores e preceptoras da época, pediu a autorização do governador do Estado⁵ para frequentar aulas presenciais do Curso Normal (Araujo, 2013).

Wanderley fez o Curso Normal em uma sala mista (ou promiscua) e por isso ganhou um espaço público, muitas vezes não destinado às mulheres da classe média. Ela concluiu o curso e ocupou a “1º cadeira do sexo feminino de Curitiba” (Araujo, 2013, p. 128) em 1894, assumindo o cargo de diretora na Escola Tiradentes em Curitiba. Em 1901, passou a “[...] reger o curso de 2º. Grau na Escola Tiradentes [...]” e em 1914 foi nomeada Diretora do Grupo Escolar Tiradentes” (Pilotto, 1974, p. 8-9). Em 1915 foi designada membro do Conselho Superior do Ensino Primário e Diretora da Escola Intermediária. Pilotto reconheceu o papel da normalista ao exercer os cargos, com uma ressalva de valores morais, “[...] sempre enérgica, justiceira e cumpridora dos seus deveres [...] com manifestação favorável à mestra reconhecendo-lhe virtudes excelsas de educadora exemplar [...]” o então Presidente Carlos Cavalcanti afirmou da Dona Julia Wanderley ‘honra o magistério público do Estado’” (Pilotto, 1974, p. 11-12). Portanto o texto produzido por Pilotto dá visibilidade à face pública da professora, ressaltando valores morais considerados importantes para o exercício do magistério, na época. Pilotto, criou uma representação de Julia Wanderley, dando visibilidade nos valores morais do trabalho e da vida pessoal, como honradez, atuação exemplar, pessoa justa e competente (Chartier, 2002). Portanto, ante estas atribuições, ele reconheceu o seu lugar na galeria de Educação Moral e Cívica do Instituto Lins de Vasconcelos.

Em sua trajetória profissional, é descrita por Pilotto (1974, p. 6) como uma mulher com espírito combativo, que discutia problemas de política, sociologia e filosofia, sob a “[...] orientação de Justiniano de Melo, o sábio sergipano, que muito brilho deu em seu tempo, ao ensino do Paraná”. Em outra passagem Pilotto (1974, p. 9-10), informa que trabalhou com dedicação e afinco pela inovação do ensino, mas, apresenta à estada do seu irmão, Wanderley Júnior em Curitiba, ensinou o novo método de leitura, às professoras do Grupo Tiradentes. Assim, por intermédio de um homem, “[...] ali por diante foi abolida a antiga técnica até então adotada, por ser mais racional”. Neste sentido, ela a coloca com um papel de intelectual que estava subordinada à supremacia masculina (Bourdieu, 2003).

Ao longo dos seus 44 anos de idade, Wanderley lecionou em algumas escolas da capital e vem a falecer em 1918 por complicações pélvicas. Após a sua morte, “[...] foi decretado luto oficial por três dias para as escolas do Paraná” (Pilotto, 1974, p. 13). Pilotto ao descrever a perda educacional que o Estado sofria após o falecimento da docente, cita intelectuais, estudiosos e pessoas públicas do Estado para reafirmar a falta que a docente deixou após sua morte. Intelectuais de Curitiba e do Paraná como: Annette Macedo, Raul Gomes, Sebastião Paraná, Francisco R. de Azevedo Macedo, João Turin, Helena Kolody, prestaram homenagem em sua morte, como segue:

Espírito de largo descortino, vontade forte e inabalável, ilustração vasta, dedicação extremada. Todos os dotes morais e intelectuais que aprimoravam as qualidades da extinta professora- continua Raul Gomes- tornaram-na venerada por muitas gerações que desfilaram pelas classes que ela dirigia (Gomes, 1974, *apud* Pilotto, 1974, p. 14).

Os discursos exemplificados acima e os demais ao longo da fonte, foram utilizados como argumento de autoridade, e sustentavam a ideia de uma mulher forte, com princípios éticos e morais, com exemplar dedicação e laboriosidade em exercer sua função com maestria.

Sendo que, Pilotto quando retratou Julia Wanderley ao longo do manuscrito produzido por ele, demonstrou que a personagem através de diversas “[...] virtudes do trabalho contínuo e devotado, sempre retomando uma figura idealizadora que supera todos os obstáculos para conseguir o aprendizado de seus alunos” (Almeida, 2004, p. 108).

Contudo, é imprescindível analisar, que ao longo da fonte, Pilotto se utiliza de alguns “[...] apagamentos de memórias específicas” (Orlandi, 2003, p. 34). Pilotto ao rememorar Julia Wanderley, não se referiu a ela como intelectual em nenhum momento de seu discurso. Mesmo que Van Erven (1945, p. 20), tenha se referido a Julia Wanderley como “[...] intelectual legítima”, Pilotto (1974, p. 09) referenciou Wanderley como entusiasta da sua profissão e dedicada aos seus afazeres da “[...] ciência da educação”, sendo que “[...] apesar da inferioridade orgânica e intelectual atribuída às mulheres e que ‘era por elas demonstrada na vida cotidiana’, a sua alma, seu caráter e a sua superioridade moral era o que mais importava” (Almeida, 1998, p. 119).

Atribuídas por sua superioridade exemplar e caráter inquestionável, Pilotto retomou tais características de Julia Wanderley ao retratá-la com traços como “[...] pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade, espiritualidade e patriotismo, entre outros, que colocavam as mulheres como responsáveis por toda beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social” (Almeida, 1998, p. 17).

Em meio a movimentos feministas, o ano de 1974 foi emblemático, pois “[...] com a chamada ‘abertura’ política, os grupos de mulheres, que possuíam diferentes reivindicações, começaram a discutir mais abertamente as relações de gênero e muitas se declararam feministas” (Sarti, 2004, p. 106). Essas mudanças sociais para o patriarcado e a sociedade conservadora, eram estarrecedoras e muitos órgãos oficiais de repressão buscaram meios de frear esse crescimento do movimento feminista. Por isso, Pilotto com sua posição social, seu lugar de fala dentro do IHGPR e, como diretor de um dos maiores locais de propagação intelectual da época (BPP) rememorou Wanderley como mantenedora de uma ordem estabelecida, na qual foi retomada por seus valores e condutas. “Disciplina, [...] noção de dever e responsabilidade, controle das emoções, preceitos de ética, moral, ordem” (Matos, 2007, p. 45) foram estas características abordadas por Pilotto ao rememorar Julia Wanderley como cidadã exemplar.

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E A RETOMADA EDUCACIONAL DE WANDERLEY

Após ser analisado o discurso de Pilotto, fez-se necessário compreender qual foi à justificativa do intelectual em rememorar a personagem Julia Wanderley. Ele foi instigado por Ney Lobo a escrever sobre personagens emblemáticos da Pátria, para compor a sala ambiente⁶ de Educação Moral e Cívica e como um espaço de memória.

A Educação Moral e Cívica –EMC- durante a ditadura, era “[...] disciplina e prática educativa em todos os níveis de ensino nas escolas brasileiras” (Gonçalves; Ranzi, 2012, p. 167). Foi parte de um projeto político nacional que construiu valores patrióticos e morais nas crianças e nos jovens.

Durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985, houve um chamamento em todo o país, não só nas escolas, para o cumprimento de deveres cívicos e patrióticos. Houve também uma tentativa de enquadrar o comportamento das pessoas dentro de um padrão social, que estava sendo construído pelo Estado (Abreu; Inácio Filho, 2006, p. 125).

Promulgada pela lei nº 869 de 1969, a EMC teve algumas atribuições de caráter escolar e educacional, como: “[...] aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, patriotismo e na ação construtiva [...]” (Gonçalves; Ranzi, 2012, p. 168). Esses elementos nas escolas públicas e particulares de ensino formavam cidadãos que honravam a Nação, a Pátria, defendiam ideários políticos conservadores e tinham como a tradição nacional a fundamentação “[...] na seleção dos registros culturais que devem ser preservados. Aqueles registros identificados pelos intelectuais como geradores estruturantes da sociedade brasileira integram a categoria de tradição nacional e reforçam o sentimento de unidade” (Maia, 2010, p. 94).

Ao resgatar tais tradições nacionais, através de eventos comemorativos, datas importantes civicamente ao país e, personalidades como a de Julia Wanderley que enaltecem o sistema educativo através de suas ações, a memória coletiva de um país acaba sendo retomada como alicerce ao tempo presente. A memória, conceito fundamental das tradições, é um fator de extrema relevância para analisar os acontecimentos do tempo passado e as suas rememorações no tempo presente.

[...] memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1992, p. 5).

Essa memória então estaria diretamente interligada com a noção do sujeito a partir de sua própria história. A história de uma classe, de um grupo social, de um personagem escolhido. Essa memória que pode derivar do próprio sujeito ou de terceiros que operam na troca entre “[...] os próximos, essas pessoas que contam por nós e para as quais contamos” (Ricoeur, 2007, p. 141) irão resgatar fatos e acontecimentos para construir um personagem. Contudo, um quesito a se atentar quando se estuda memória como uma relação transversal,

de caráter partilhado e unilateral, é referente à manipulação que esta lembrança memorável pode sofrer para um determinado meio ou fim, a construção que ela sofre em determinados momentos para criar uma identidade social (Pollak, 1992, p. 05).

Segundo Ricoeur (2007), a memória é manipulada para legitimar um discurso a ponto de transfigurá-la e deslegitimar a identidade de uma pessoa ou de um feito histórico. Essa memória exerce um caráter impositivo e inquestionável de uma ideologia dominante que se expressa através de discursos fundadores, narrativas de glória sobre o passado, monumentos e outras formas de retomada do passado. Nesse quesito, a memória em conjunto com a história é “[...] ensinada, história aprendida, mas também história celebrada. À memorização forçada somam-se as comemorações convencionadas. Um pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração” (Ricoeur, 2007, p. 98).

Neste âmbito, as comemorações, elencadas a memória coletiva de um povo, servem para autorizar uma identidade comum entre a Nação (Ricoeur, 2007, p. 98). Para Helenice Silva (2002), a comemoração de um acontecimento está totalmente ligada à memória coletiva/individual e, em muitas vezes, serve como cicatrizante de crises identitárias de uma nação ou de um povo.

As comemorações nacionais oferecem exemplos pertinentes, uma vez que elas são objeto de interesses em jogo (políticos, ideológicos, éticos etc.). O uso perverso da seleção da memória coletiva encontra-se, portanto, nesse processo de “rememoração” social, cuja função é justamente a de impedir o próprio esquecimento. Apagam-se da lembrança as situações constrangedoras [...] e, privilegiam-se os mitos fundadores e as utopias nacionais (o “paraíso tropical” e o “país do futuro”). Ora, essa seleção da memória coletiva é comum em todas as comemorações de uma data nacional. As utilizações sociais da memória são visíveis nesse fenômeno das comemorações que, em todas as partes do mundo, vêm se impondo como um ritual nacional. Consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa “rememoração” de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente (Silva, 2002, p. 432).

Essas comemorações acabam assegurando o uso de personagens e de pioneiros fundadores do passado, legitimando o contexto ao qual foram lembradas. Neste caso, Julia Wanderley serviu como base moral e cívica para a matéria e sala ambiente de EMC. Através de sua dedicação à educação foi designada na homenagem de Pilotto como cidadã ideal, retratada como exemplo de mulher e educadora, como um ícone a ser lembrado e seguido no contexto político vivido.

A morte de Julia Wanderley provocou inúmeras manifestações de carinho e homenagens da sociedade curitibana, como a produção de um “[...] busto da educadora, talhado por João Turin” (Nascimento; Sousa, 2011, p. 273) em bronze, que está na Praça Santos Andrade, no centro da cidade. Essa praça está na frente do edifício da Universidade Federal do Paraná, construído nas primeiras décadas do século XX. O busto, a praça e a

edificação histórica são espaços de memória da educação e do projeto republicano de educação primária e de universitária, no Paraná.

Pilotto ao finalizar o manuscrito se refere à professora como “[...] gente que a toma como exemplo e as suas virtudes exalta, mostrando às novas gerações, quem foi e o que representou ao seu tempo, Julia Wanderley Petrich para a escola paranaense” (Pilotto, 1974, p. 21).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, pode-se analisar como a docente Julia Wanderley foi retratada pelo intelectual Osvaldo Pilotto através do manuscrito laudatório. A contribuição da normalista para o ensino paranaense foi percorrida por Pilotto através da doçura, da prestatividade em exercer a profissão e retomada pelo discursador como “missão”.

Ela foi lembrada como ícone da educação durante a ditadura. Neste sentido, a memória e o imaginário de tradições nacionais buscam em Julia Wanderley o modelo ideal de cidadã patriótica a ser seguida por jovens e adultos. Mesmo que o autor referencie Wanderley como mestra do seu tempo, ele retoma características de personificação nacional da docente para o presente em questão. Logo, Julia Wanderley tornou-se a imagem representativa de dedicação a Pátria, a Nação e aos preceitos de ordem e dever. Mesmo que a fonte não apresente mais que uma página sobre a justificativa de Pilotto, o intelectual descreve que as escolhas de personalidades a serem lembradas advêm de suas contribuições (nacionais e/ou regionais) para a educação. Utilizando-se de outros autores, professores e personagens ilustres da época, Pilotto constrói sua lembrança pautado no imaginário social que perpetua-se sobre a docente no contexto paranaense. Porém, Pilotto silencia a intelectualidade de Júlia Wanderley, por ser docente e compor a ciência da educação, mesmo quando biografias passadas já se utilizaram do termo intelectual para a mestra.

Sendo assim, a análise deste artigo teve por objetivo, abordar como a lembrança da docente durante a ditadura militar tinha por intenção reafirmar e legitimar o contexto e a disciplina de Educação Moral e Cívica e manter uma ordem já estabelecida e que deveria ser seguida por alunos e cidadãos paranaenses.

REFERÊNCIAS

ABREU, V. K. de; INÁCIO FILHO, G. A educação moral e cívica – doutrina, disciplina e prática educativa. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 24, p. 125-134, dez. 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4955/art11_24.pdf. Acesso em: 29 maio 2021.

ALMEIDA, J. S. de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

ALMEIDA, J. S. de (org.). **Profissão docente e cultura escolar**. São Paulo: Intersubjetiva, 2004.

ARAUJO, S. A. C. de. **Professora Julia Wanderley: uma mulher-mito (1874-1918)**. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, 2013.

AVELAR, A. de S. A biografia como escrita da história: possibilidades, limites e tensões. **Dimensões**, Vitória, v. 24, p. 157-172, fev./mar. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2528-Texto%20do%20artigo-3948-1-10-20120307.pdf. Acesso em: 29 mai. 2021.

BACZKO, B. Imaginação social. In: LEACH, E. (org.). **Enciclopédia Einaudi**. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BARROS, J. D'A. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BLOCH, M. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL, **Decreto nº 869, de 12 de setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil, 1969, v. 5, p. 209.

BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

CARDOSO, R. R. **Ney Lobo: trajetória intelectual e filosofia espírita da educação (1963-1989)**. 2017. 395 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21389>. Acesso em: 14 nov. 2023.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Algés: Difusão Editorial, 2002.

COLOMBO, D. A.; FISCHMANN, R. **Pedagogia espírita: um projeto brasileiro e suas raízes histórico-filosóficas**. 2001. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: http://www.ceifpvz.com/documentos/pedagogia_espirita.pdf. Acesso em: 30 jun. 2021.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ. Livraria Editora do Chain e Banco do Estado do Paraná – Curitiba, 1991.

ERVEN, H. M. V. **Julia Wanderley: uma vida que se igualou o seu destino**. Curitiba: Centro de Letras do Paraná: Associação Paranaense de Imprensa, 1945.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan./abr. 2017. Disponível em <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>. Acesso em 14 nov. 2023.

FICO, C. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FONSECA, S. G. **Caminhos da história ensinada**. 5. Ed. Campinas: Papyrus, 1993.

GONÇALVES, N. G.; RANZI, S.M. F. (org.). **Educação na ditadura civil militar**: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985). Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

MAIA, T. A. Entre a memória histórica e a prática cívica: os calendários culturais do MEC (1969-1974). **Saeculum - Revista De História**, João Pessoa, n. 23, p. 111-122, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11523>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MATOS, M. I. S. de. Imprensa e luta pela educação feminina: propostas e debates (fim do século XIX e início do XX). In: BARREIRA, L. C.; PERREIRA, M. A. F. (org.). **Mulher**: leitora, autora e formadora. Santos: Universitária, 2007. p. 39-59.

NASCIMENTO, M. I. M.; SOUSA, N. L. A escola normal de curitiba e o pioneirismo de Júlia Wanderley. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 11, n. 42, p. 265-278, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639879>. Acesso em: 06 ago. 2021.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

PARANÁ. **Relatório apresentado ao presidente da província em 1882**. Curitiba, 1882. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1882MFN837.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PESAVENTO, S. J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, n. 29, 1995. Disponível em: https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=14. Acesso em: 14 nov. 2023.

PILOTTO, O. **Júlia Wanderley** manuscrito. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 21 p. 1974.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>. Acesso em: 14 nov. 2023.

PRIORE, M. D. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto: Ed. UNESP, 1997.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.

ROSEVICS, L. Os primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (1900-1930). **REVISTA NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 38-50, 2016.

SARTI, C. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QVNKzsbHFngG9MbWCFFPPCv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2021.

SCHMIDT, B. B. Construindo biografias ... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: v. 10, n. 19, p. 3-21, 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040>. Acesso em: 30 jan. 2021.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1931**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, H. R. da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/kyjmJTTrkQy9w9RD6DdTbfw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2021.

SIRINELLI, J.F. As elites culturais. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SOUSA, N. L. **O Projeto Republicano para a educação no Paraná e o processo de (des)mistificação de Júlia Wanderley**. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/1350>. Acesso em: 30 jun. 2020.

STENTZLER, M. M.; ARAÚJO, E. M. P. de; MARQUES, L. F. A normalista Julia Wanderley: decisão, sensibilidade e necessidades sociais. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n. 1, p. 149-167, 2021. DOI:

10.22633/rpge.v25i1.14017. Disponível em:
<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14017>. Acesso em: 21 maio 2021.

STRAUBE, E. C. **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**. Curitiba: Instituto Memória, v. 61, 2010.

VARGAS, T.; HOERNER JÚNIOR, V.; BÓIA, W. Biobibliografia da **Academia Paranaense de Letras**. Curitiba: Posigraf, 2001. 256 p.

AUTORIA:

* Licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Pesquisadora Independente. Contato: dani.pentaddo@gmail.com

** Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Contato: valquiria.renk@pucpr.br

COMO CITAR ABNT:

PENTEADO, D. D.; RENK, V. E. Julia Augusta Wanderley: a lembrança da docente por Osvaldo Pilotto durante a ditadura civil-militar brasileira (1974). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-19, 2023. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8666910. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8666910>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Notas

- ¹ A palavra Etnografia aparece no nome da instituição em 1948 e é suprimida em 1999, tornando-se o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (ver mais sobre o IHGPR em Rosevics, 2016).
- ² Nasceu em 1913 na cidade de Curitiba, e frequentou escolas na cidade natal e depois no Rio de Janeiro (Escola Militar). Engajou-se na política e em 1954 foi deputado federal do Paraná. Foi presidente interino do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná entre 1971 e 1998, data em que falece com 85 anos de idade (Straube, 2010)
- ³ Ney Lobo, formado em Letras, de carreira militar, lecionava na ditadura no Instituto Lins de Vasconcellos. Criou salas ambientes- local de “[...] práticas e vivências por meio da interação entre os alunos, de modo a escapar do exclusivismo das explanações, e problematizar a moral e o civismo” (Cardoso, 2017, p. 165), de modo a relembrar na matéria de Educação Moral e Cívica os grandes personagens paranaenses que no passado ajudaram o Estado a se formar educacional como era na época (Colombo; Fischmann, 2001). De acordo com Rogerio Cardoso (2017), Ney Lobo em seus escritos dizia ser sócio do IHGPR.
- ⁴ Conceito de Bourdieu (2003), no qual a perpetuação histórica ocorre através das estruturas objetivas e subjetivas de uma dominação masculina e que se limita a descrever sobre a atuação das mulheres como agentes ativos na escrita de si.
- ⁵ General José Cerqueira de Aguiar Lima, governador provisório do ano de 1890.
- ⁶ A sala ambiente é um espaço/sala de aula, com recursos didático-pedagógicos, objetivando um fim educacional específico.